

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

José Arlindo Soares

Este trabalho tem como objetivo discutir como a questão democrática foi concebida pelas diversas correntes que constituíram o marxismo, no momentos históricos que marcaram os contornos definitivos da teoria e praxis desta doutrina. Tomamos como referências, especialmente, os fundamentos do pensamento político de Marx e os debates ocorridos entre seus principais seguidores, no período compreendido entre a segunda e o início da Terceira Internacional (final do século XIX até a segunda década do século XX).

Como em relação ao Estado, o marxismo clássico não tratou de forma sistemática e analítica a democracia como forma de governo ou como regime político. As referências principais sobre o tema estão nas análises sobre a transição do capitalismo para o socialismo e nas críticas aos limites da chamada "democracia burguesa".

Para encontrar uma certa lógica analítica no tema é necessário partir de problemas que são mais estruturais dentro do pensamento marxiano. São questões que partem da visão antagônica da sociedade dividida em classes, passam pela idéia do Estado como instrumento exclusivo das classes dominantes e chegam à concepção teleológica da história, na qual se inscreve a vitória final do socialismo como inevitável e dentro de uma lógica ditada pelas contradições do próprio desenvolvimento do capitalismo.

Evidentemente não pretendo tratar de todas as questões acima enumeradas, mas, tão somente tomá-las como referencial nas discussões sobre o significado da democracia para o marxismo ortodoxo e para as principais correntes que se reclamaram também marxistas.

Por outro lado, ao analisar a “questão democrática” na estruturação do pensamento marxista, procuraremos ressaltar dois aspectos específicos que, no nosso entender, ajudam a uma melhor compreensão da débâcle do socialismo nos países do Leste e da profunda desestruturação teórica desta concepção política.

O primeiro, mostra que a oficialização do marxismo escondeu a riqueza de interpretações de outras visões socialistas, que colocavam alternativas teóricas e programáticas para o curso dos acontecimentos sociais no momento histórico decisivo para a sua consolidação doutrinária e para a formação da identidade política do movimento socialista internacional. O segundo, discutir a validade das interpretações correntes que, até pouco tempo, consideravam a ausência de democracia no “socialismo real” como um desvio da aplicação do método, tanto por questões conjunturais como pela ascensão ao poder de uma burocracia autoritária, sob o comando de Joseph Stalin.

Reconheço obviamente que este temas não são novos, e portanto o trabalho não pretende elucidar questões ainda não esclarecidas. A pretensão é de apenas sistematizar questões.

O Período Estruturador

Como não existe uma teoria sistemática de Marx sobre o Estado e a democracia, diversas nuances de seu pensamento sobre estas questões aparecem nas críticas ao idealismo hegeliano, nas suas análises sobre situações históricas específicas (Revolução de 1848 - 18 Brumário - a Comuna de Paris) e nas proclamações políticas, como no Manifesto Comunista.

O roteiro da produção intelectual de Marx, que começa pelos estudos de Direito, de Filosofia e de História, tenderiam a identificar uma maior sistematização de conceitos sobre a natureza do Estado e dos regimes políticos (Weffort, 1989), mas termina localizando na economia os elementos determinantes de todas as relações sociais e políticas. Preocupando-se

fundamentalmente em analisar criticamente o surgimento e o desenvolvimento da economia capitalista, Marx praticamente isola os outros elementos que constituem a sociedade, tratando-os como simples epifenômenos das estruturas econômicas.

Para um melhor entendimento das interpretações do pensamento de Marx sobre os fenômenos políticos (Estado e democracia) cabe tomar algumas passagens de suas análises em várias conjunturas, que terminaram servindo de base não só para a teoria, mas particularmente para a prática política das principais correntes marxistas.

As incursões teóricas de Marx na tentativa de explicar as transformações políticas da sociedade de sua época, e daí derivar algumas leis mais gerais sobre o comportamento da sociedade burguesa, têm suas premissas quer na crítica do idealismo filosófico alemão quanto no reconhecimento do que chamava de "limitações das revoluções burguesas" (Marx, 1969). Ao criticar o caráter limitado das revoluções produzidas pela burguesia, Marx introduz a separação entre a emancipação política e a emancipação social, conceitos que causaram grandes polêmicas e mesmo se constituíram em divisores inconciliáveis, tanto em relação à tática de atuação quanto em relação à concepção de sociedade, por parte dos diversos grupos que se reclamaram herdeiros do pensamento do grande filósofo comunista.

"O limite da emancipação política manifesta-se imediatamente no fato de que o Estado pode se livrar de um limite sem que o homem dele se liberte realmente, no fato de que o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre..." (Marx, 1969: 22).

O limite do qual o Estado burguês se livra seriam as amarras oriundas das distinções pelo nascimento, educação ou ocupação. Esta universalização de direitos, segundo Marx, não impede, mas pelo contrário consolida as distinções que têm por base a propriedade privada. Desta forma conclui que a emancipação política não impede que "a propriedade privada, a educação e a ocupação atuem a seu modo, isto é, enquanto propriedade privada, educação e ocupação, e façam valer sua natureza especial..." (Marx, 1969: 22-29).

Mesmo considerando que o Estado, longe de suprimir estas diferenças, apenas existe sobre tais premissas, Marx reconhece que a emancipação política seguramente constitui um grande progresso. Mas que ela não é a

última forma de emancipação, porém é a última forma de emancipação no mundo atual (Marx, 1969).

Nestes escritos de juventude, Marx se caracterizava como crítico da democracia burguesa e assumia ao mesmo tempo a postura de um democrata radical. Para ele a democracia seria realizada pela unidade entre o conteúdo e a forma. "Na democracia, o princípio formal é, ao mesmo tempo, o princípio material..." Em outras palavras: "A democracia é, antes de tudo, a verdadeira unidade do universal com o particular." (Marx, 1968).

Esta concepção de democracia tende a desaparecer ou a ser relegada das interpretações sobre as idéias de Marx, à medida em que se coloca em discussão a tática de tomada do poder através de uma revolução socialista. Em lugar de buscar ressaltar a realização da democracia como a superação entre as condições formais e materiais, os problemas de forma e conteúdo passam a ser vistos como antagônicos. O regime democrático passa a ser encarado exclusivamente como sinônimo de "regime burguês".

Mesmo que as interpretações dominantes tenham optado pela quase exclusão da questão democrática no pensamento de Marx, sempre houve contestação de outras corrente que, também se reclamando marxianas, procuravam articular uma outra tática de atuação, justamente na valorização da democracia. no decorrer deste trabalho procuraremos reconstituir o posicionamento destas tendências.

Na seqüência do pensamento de Marx, encontra-se a contribuição que, em nosso entender, vai efetivamente moldar a doutrina do chamado socialismo científico e vai, de certa forma, marcar de maneira decisiva as divergências das correntes políticas que tinham as análises marxianas como matriz de suas intervenções políticas.

A "idéia-força" de Marx, partia do entendimento de que as condições materiais de uma sociedade são a base de sua estrutura social e da consciência humana ou do conjunto das vontades individuais.

A formulação teórica clássica, que vai embasar inúmeras derivações de seus seguidores, está contida em um texto fundamental, "Contribuição à crítica da Economia Política".

"Na produção social de sua vida, os homens entram em relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem um grau determinado de desenvolvimento de

suas forças produtivas materiais. A soma total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas definidas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona, de forma geral, o processo de vida social, político e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a sua forma de ser, mas ao contrário, é a sua forma de ser social que determina sua consciência.” (Marx & Engels, 1983).

Este enfoque metodológico não implica necessariamente em desconhecer o significado da democracia para a emancipação social, mas coloca o problema em função de subordinações claramente determinadas na esfera econômica, e obedecendo a leis inexoráveis da história. Como consequência, temos uma metodologia que, partindo do conhecimento das “leis inconscientes da história”, coloca a possibilidade de transformá-las em regras conscientes de ação. Estas idéias, que estão desenvolvidas de forma mais radicalizada no Manifesto Comunista (1948), vão não só marcar profundamente os posicionamentos dos partidos socialistas, como servirão para esquematizar colocações teóricas, algumas vezes, descoladas das próprias transformações ocorridas na realidade objetiva.

Das derivações resultantes das premissas teóricas acima enunciadas, podemos destacar os seguintes aspectos: o socialismo está inscrito nas leis objetivas do desenvolvimento histórico; a superação do capitalismo se dá em função do esgotamento de suas próprias contradições; o determinismo das condições objetivas não elimina a ação dos homens fazendo a história, mas condiciona esta ação em razão de uma causalidade ontológica.

Depois destas conceituações baseadas na ordem econômica da sociedade, um segundo paradigma, de natureza mais política, consegue imprimir uma marca aos seguidores de Marx, trazendo também divisões e consequências para a doutrina e para a prática política dos movimentos socialistas. Trata-se da conceituação do Estado e da luta de classes, que passa também a ter um caminho marcadamente determinista, deixando de lado as formulações das obras mais filosóficas que incorporavam a democracia como um problema do socialismo. Para o jovem Marx, o Estado tinha vida própria separada da sociedade civil, o que não acontece com a visão posterior do Estado como mero comitê executivo da classe dominante.

Com o Manifesto Comunista se define a concepção que dará marca à ortodoxia comunista. O determinismo se estende ao campo político. O

aparelho estatal passa a ser entendido simplesmente como o "poder organizado de uma classe sobre outra". Como a exploração do proletariado pela burguesia era garantido, no essencial, por meios coercitivos, mediante a utilização dos aparatos repressivos do Estado, somente pela violência seria possível destruir as relações de produção e o Estado capitalista e construir o socialismo.

Desaparece assim qualquer vestígio de transformação democrática. De acordo com o Manifesto, a história da guerra civil mais ou menos latente que mina a sociedade burguesa terminara se transformando em uma revolução declarada e na qual o proletariado estabelecerá a sua dominação pela derrubada violenta da burguesia.

Mais tarde, na *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), Engels populariza os conceitos fundamentais de Marx sobre as relações entre as condições materiais da sociedade e sua estrutura social e o Estado. Nesta obra ele reforça a ideia de que o Estado tem origem na necessidade de controlar os conflitos sociais entre os diferentes interesses econômicos e que esse controle é realizado pela classe dominante mais poderosa na sociedade. (Carnoy, 1990).

Como já mencionamos, em razão de não existir uma teoria sistemática sobre o Estado e a democracia nos escritos de Marx, fica sempre uma margem para descobertas de posições ambíguas e mesmo contraditórias. Até mesmo autores contemporâneos ainda procuram encontrar raízes de uma valorização da democracia no conjunto do pensamento de Marx e Engels.

Tomando como referência Hal Draper (1977), Cannoy admite que Marx e Engels viam duas faces na questão da democracia. As duas faces estão relacionadas justamente com as duas classes que lutam no interior da sociedade capitalista. "Uma delas consiste na utilização pela classe dominante das formas democráticas (eleições, Parlamento) como meio de oferecer a ilusão de participação das massas ao Estado, enquanto que o poder econômico da classe dominante garante a reprodução das relações entre capital e trabalho na produção. Na outra face, está a luta para dar às formas democráticas um novo conteúdo social ou de massas, impelindo-as aos extremos democráticos do controle popular a partir da base, incluindo a extensão das formas democráticas na esfera política para toda a sociedade." (Draper, 1977: 310).

Mais recentemente, em um colóquio internacional na Sorbonne, Yvon Quiniou procura mostrar um conteúdo democrático no próprio Manifesto Comunista, ao afirmar que Marx descreve o socialismo como um movimento de "uma imensa maioria". Segundo este autor, esta simples observação, se ligarmos a outros aspectos da teoria como um todo, revela uma matriz democrática essencial no pensamento de Marx (Quiniou, 1992). No entretanto, acrescenta Quiniou: "É o capitalismo desenvolvido quem fornece os meios e também os agentes da realização da democracia socialista." (1992: 134).

Fazendo essas considerações, o autor quer provar que a crise se deu em função de o leninismo ter imposto o socialismo em condições em que "os meios materiais e os agentes sociais" não estavam preparados ainda para garantir a sua realização. Neste caso, a crise atual representa o fim do leninismo, e não a morte do marxismo.

Estas tentativas de recuperar Marx pelo caminho da democracia podem efetivamente ajudar na formulação de um programa para o século XXI, como quer Konder (1992), na medida que ampliará os horizontes da esquerda na sua difícil tarefa de se diferenciar competentemente dos liberais. Porém não ajuda muito a compreensão da *débâcle* do socialismo neste final de século. Na verdade, se os problemas do Estado e da democracia, do voluntarismo ou do determinismo representam os pontos de inflexão que moldaram em um determinado momento histórico os contornos definitivos da teoria e da prática socialistas, este momento histórico a que nos referimos é justamente aquele que registra com maior riqueza o debate das idéias socialistas, e que corresponde a uma etapa estruturadora/desestruturadora da doutrina marxista.

Esta estruturação/desestruturação representa, de um lado, a consolidação de uma doutrina oficial, e de outro, também a consolidação política de uma vertente dissidente, a social-democracia que, reclamando-se marxista, tomou na verdade uma grande distância de suas origens.

Ortodoxia e Terceira via

A última década do século XIX representa o final do ciclo das revoluções europeias, iniciadas em 1848, e uma retomada da expansão do sistema capitalista. A iminente revolução socialista na Europa não ocorreu, mas em compensação a classe operária obteve razoáveis ganhos materiais e

políticos. Os sindicatos adquirem “representatividade de massa” em vários países e os partidos socialistas passam a ter efetivamente uma base nacional. De modo especial na Alemanha, o Partido Operário (social-democracia) cresce impetuosamente, tornando-se a referência de todo o movimento socialista internacional.

Um outro núcleo revolucionário desponta na arcaica Rússia, impulsionado pela crise das estruturas tradicionais provocada pelo que Trotsky consagrou como a “teoria dos elos”, ou seja, o capitalismo se desenvolvia de forma desigual e combinada, integrando-se internacionalmente e dando margem a superação de estágios atrasados de cada formação social específica. Se o ímpeto revolucionário do Ocidente diminuía, a revolução de 1905 na Rússia parece acender uma nova perspectiva nas previsões sobre o colapso a curto prazo do sistema capitalista.

Neste quadro político é que vai se definir a disputa pela herança histórica do marxismo através da confrontação de tendências distintas que marcarão, até este final de século a história da teoria e da praxis dos movimentos socialistas internacionais.

O historiador inglês Eric Hobsbawn (1986) empreende uma periodização deste curto e intenso período (1880-1914), que ajuda a compreender e acompanhar as principais linhas que nortearam o pensamento socialista depois de Marx até os nossos dias. Segundo Hobsbawn, embora o período examinado (Segunda Internacional) abarque pouco mais de um quarto de século, ele não pode ser considerado uma unidade indiferenciada. Pelo menos três fases merecem ser distinguidas. A primeira abrange os anos 80 e o começo dos anos 90. Caracteriza-se pelo nascimento de uma série de partidos socialistas e operários de tendências socialistas e marxistas. Nesta fase ainda se trabalhava com a impressão de um colapso iminente do capitalismo, e embora não estivesse sistematizada uma teoria da revolução, a expectativa era de otimismo e de esperança na realização da “utopia” a curto ou médio prazo.

A segunda fase, dessa divisão, data dos meados dos anos 90, “quando se tornou evidente a retomada da expansão capitalista em escala mundial” (1986: 79). Os movimentos de massa, socialistas e operários, continuaram a se desenvolver, embora com algumas flutuações e reflexos sobre as posições políticas de vários dirigentes sindicais. Começam a aparecer artigos sobre a “crise no marxismo”, que se generalizou pelo chamado “debate revisionista”. Na sequência deste trabalho, trataremos mais detalhadamente deste debate,

que consideramos de vital importância para o desdobramento do pensamento e das práticas dos movimentos socialistas até os nossos dias.

Finalmente, a terceira fase é iniciada pela revolução russa de 1905 e se estende até 1914, quando ocorre o rompimento definitivo no seio das principais correntes marxistas internacionais. O deslocamento do movimento revolucionário para a Europa Oriental revitaliza a esquerda mais radical tanto no interior dos partidos como no campo sindical. Por outro lado, verifica-se também um acelerado crescimento das lutas institucionais, aumentando a presença, nos parlamentos, dos partidos operários.

O debate revisionista

A primeira reação mais expressiva da retomada da expansão capitalista (final do século XIX), seguida de uma maior democratização na sociedade, veio de Eduard Bernstein, destacado teórico do Partido Social-Democrata Alemão, herdeiro e testamentário literário de F. Engels. O questionamento inicial de Bernstein dirigia-se à interpretação marxista da “inexorabilidade do colapso iminente do sistema capitalista”. Em sua obra intitulada “Os Pressupostos do Socialismo”, o principal teórico do marxismo alemão, chamava atenção para a nova configuração do sistema produtivo capitalista, que com o surgimento da cartelização, do crédito e de um maior conhecimento das leis da economia proporcionaria ao sistema condições capazes de bloquear a sua desagregação. Nesta direção, Bernstein (1974) causava espanto ao afirmar que a crise do capitalismo não era iminente, nem inevitável, nem mesmo necessária (Flescher, 1986; Lyra, 1989).

Por outro lado, as contradições antagônicas que Marx analisou, como a que opõe a socialização crescente da produção à apropriação cada vez mais privada, estariam se amenizando progressivamente. Para Bernstein, o sistema de sociedade por ações faz crescer consideravelmente o número de proprietários, enquanto as pequenas e as médias empresas permanecem vigorosas. Por isso, concluía: “O sobreproduto social não é apropriado por um número decrescente, mas, ao contrário, por um número crescente de possuidores.” (Bernstein, 1982)

Seguindo a mesma metodologia e utilizando as mesmas categorias de Marx, o líder da Social-Democracia Alemã chegava a conclusões opostas às dos fundados do Socialismo Científico. De modo algum Bernstein afirmava que a moderna economia capitalista pudesse, com a ajuda de créditos e de

associações industriais, libertar-se das crises ou mesmo garantir o “bem-estar para todos”; ele simplesmente observa que o mecanismo das crises no capitalismo concorrencial clássico não era mais inteiramente operante, e que, portanto, não cabia falar de um aguçamento das crises cíclicas.

Porém, a realização do “bem-estar social” estaria na dependência das relações de força no plano político e sindical. Neste campo, a conclusão também era oposta à de Marx. O Estado não se constituía num simples comitê executivo da classe dominante, mas um instrumento para resolver a contradição entre a emancipação política e a emancipação social. Neste caso, a democracia parlamentar seria a forma adequada para a transformação revolucionária da sociedade.

“A democracia é ao mesmo tempo o meio e o fim. É o meio de luta pelo socialismo e é a forma da realização do socialismo.” (Bernstein, 1982: 282).

Embasado célebre prefácio de Engels ao livro de Marx dedicado às lutas de classe na França, Bernstein desenvolve a teoria da passagem gradual do capitalismo ao socialismo via atuação parlamentar. Para ele, a transição da sociedade capitalista para a socialista deve ocorrer gradualmente, utilizando a democracia e colocando na perspectiva a elevação do trabalhador da condição social de proletário à de cidadão. Neste sentido, a “Social-Democracia não visa substituir a sociedade civil por uma sociedade proletária, mas a ordem social capitalista por uma ordem social socialista.” (1982)

É importante assinalar que Bernstein não se propunha apenas interpretar o marxismo, mas revisá-lo. Daí a expressão “revisionismo”, que passou a se constituir em uma categoria que explica e sintetiza uma determinada concepção de reformas políticas e sociais em direção ao socialismo, mantendo diversas relações capitalistas.

Respondendo aos ataques que recebeu da maioria do partido, Bernstein chama atenção para a compatibilização entre o discurso e a prática, que envolvia não apenas uma questão tática como também uma questão ética:

“A social-democracia deve encontrar a coragem de se emancipar de uma fraseologia superada e aparecer de fato como ela é hoje em realidade: um partido de reforma, democrático e socialista.” (1982)

As respostas às teses de Bernstein foram rapidamente esboçadas por lideranças social-democratas. Na Alemanha, a defesa da ortodoxia foi comandada inicialmente por Kautsky e Rosa Luxemburgo. Não é objetivo deste trabalho levantar as questões internas desta discussão, mas tão somente firmar as colocações teóricas que se desdobram como tendência e influenciaram decisivamente os rumos dos movimentos socialistas. Tomaremos as posições de Kautsky, não nas respostas a Bernstein, porém na sua polêmica posterior com Lênin, pois, em nosso entender, com esta polêmica vai se concluir um ciclo do pensamento socialista e projetar consequências até a atual crise do Leste europeu, e também influenciar o projeto de bem-estar social preconizado pela Social-Democracia, quando afastou-se de sua matriz marxista.

Retomando o tema central de nosso trabalho, cabe situar o desdobramento do revisionismo bernsteiniano sobre a Rússia, sem dúvida o outro pólo mais importante do pensamento marxista no início do século.

No Segundo Congresso do partido Social-Democrata dos Trabalhadores Russos, realizado em 1903, os delegados se dividiram em dois grupos que de certa forma refletiam as discussões sobre a ortodoxia e o revisionismo que estavam ocorrendo em outros países, mas adaptadas a uma realidade bastante diferente. O primeiro grupo (majoritário no partido) era liderado por Lênin e tinha na questão da organização de um partido de quadros de estilo centralizado a principal caracterização de suas teses. Na questão da passagem do capitalismo para o socialismo, nas condições da Rússia de 1903, o próprio Lênin não tinha clareza sobre o caráter socialista da revolução russa. Apenas Trotsky (aliado organicamente aos mencheviques) desenvolvia a tese da possibilidade de o socialismo ser aplicado imediatamente em países atrasados como a Rússia, em razão do que ele chamou de natureza do processo desigual e combinado do desenvolvimento capitalista. (Trotsky, 1982).

O grupo deste importante congresso, denominado de mencheviques (minoridade) discordava de Lênin nas questões de organização do partido e dos conceitos de democracia. Na verdade o que estava em jogo eram os critérios de participação política dos bolcheviques, que, segundo Martov (Salvatori, 1982), levariam a uma ferrenha ditadura de um grupo.

Posteriormente estas divergências vão se desdobrar para questões mais de fundo como o caráter da revolução russa, os problemas da democracia

parlamentar, o respeito ao voto direto e secreto, a questão camponesa e de modo especial a ditadura do proletariado.

Estas concepções deram motivo a muitas divergências entre os socialistas da Rússia pré-revolucionária, mas a oposição sistemática às teorias de Lênin vieram da Direção da Segunda Internacional, através de Karl Kautsky.

O partido bolchevique levou a cabo, na Rússia czarista, uma revolução de tipo insurrecional, com a derrubada violeta do Esta oligárquico/capitalista, através da ação de grupo minoritários de ativistas. Embora revelasse uma concepção "putchista" do poder, a forma de fazer a revolução não despertou inicialmente muitas divergências.

Os problemas reais estavam na concepção sobre as possibilidades de implantar o socialismo em um país em que as forças produtivas capitalistas não estavam plenamente desenvolvidas. O próprio Lênin, até abril de 1917, não estava ainda convencido da possibilidade de o socialismo ser implantado sem uma etapa de transição. Porém na questão do partido e do método de ação de Lênin se apega ao Manifesto Comunista para defender ferrenhamente a ditadura do proletariado. Para Lênin, a ditadura do proletariado deve funcionar como um poder "que se apoia diretamente na força e não é submetido a nenhuma lei", devendo, por conseguinte, "os exploradores" serem esmagados pela classe oprimida, e excluídos da democracia. (Lenin, 1978, 1979, 1968).

Tomando como referência empírica a situação da Rússia, Lênin pretendia imprimir às suas teses um caráter de universalidade, uma vez que sua análises se baseavam no método científico do Materialismo Histórico. Desta forma, em seu livro "A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky" ele desqualifica qualquer possibilidade de transformação social através da via democrática:

"Democracia continua sendo e não pode deixar de ser, sob dominação capitalista, um regime estreito, acanhado, mentiroso, hipócrita, um paraíso para os ricos, armadilha, engodo, para os explorados e os pobres." (Lenin, 1979: 106-110)

Com relação ao parlamento, o líder bolchevique considerava essa instituição como um instrumento das classes dominantes e portanto hostil ao proletariado. Nestas condições, a participação nas instituições burguesas não

pode ser feita como uma estratégia essencial ao proletariado, já que, na verdade, elas são visceralmente anti-democráticas. No máximo, pode-se admitir como tática instrumental, uma vez que para Lênin não se deve desprezar nenhuma oportunidade para utilizar as brechas da “democracia capitalista” sempre que isso for útil ao proletariado, mas sem nunca perder de vista “a estreiteza e a relatividade do parlamentarismo burguês” (Lenin, 1979: 109-110).

Por sua vez, Kautsky desenvolvia um juízo de valor absolutamente oposto em relação à democracia parlamentar. A sua preocupação era demonstrar que a práxis democrática não é apenas necessária para o proletariado ganhar maturidade, como é essencial para transformar a sociedade. Seguindo os caminhos de Bernstein, Kautsky termina desenvolvendo a tese da “hegemonia” pelo exercício da democracia, que permite ao proletariado adquirir as condições políticas de gerir o Estado. (Salvatori, 1982).

Na fase de transição do capitalismo para o socialismo, Kautsky admite a necessidade de uma “ditadura do proletariado”, mas nos moldes da Comuna de Paris. Seria uma ditadura que manteria o controle operário sem o aniquilamento das liberdades e sempre colocando que o poder tem que ser submetido ao sufrágio universal (Kautsky, 1979).

É interessante ressaltar que, neste debate, Kautsky sempre se reclamou como intérprete do marxismo ortodoxo. Diferentemente de Bernstein, que admitia estar revisando o marxismo, o teórico considerado sistematizador do marxismo entendia as interpretações de Lênin como desvios teóricos resultantes de condições materiais ainda não amadurecidas.

Na análise sobre a revolução russa, o seu posicionamento sofreu variações ao longo dos acontecimentos. Saudou com entusiasmo todos os momentos revolucionários (fevereiro de 1905 e outubro de 1917), não se mostrando preconceituoso quanto à tomada de poder pelo bolcheviques, cuja superioridade estratégica sobre os mencheviques e os socialistas revolucionários reconhecei. Porém, depois da dissolução da Assembléia Constituinte e da evidente impossibilidade de um caminho democrático para a revolução; depois da ditadura política do partido bolchevique e depois deste se arvorar como modelo alternativo para a revolução mundial, Kautsky tornou-se intérprete da oposição ideológica da social-democracia ao bolchevismo.

Em "Terrorismo e Comunismo" afirmou, citado por Salvatori (1982), que a ditadura do partido bolchevique, só podendo se manter através do terrorismo, termina por produzir um regime de privilegiados políticos e sociais: uma autêntica "nova classe de funcionários", cuja vacação gera uma nova forma de bonapartismo, ou seja, de despotismo exercido por uma minoria armada sobre a maioria inerme.

Karl Kautsky procurou se situar entre o revisionismo, simplesmente caudatário do capitalismo, e o socialismo minoritário dos bolcheviques. Sua opção por uma "terceira via" mantinha em grande medida a metodologia ortodoxa baseada na teoria do valor e no desenvolvimento das forças produtivas, enquanto no campo político apontava para a perspectiva de construir o socialismo com base na construção de uma "hegemonia" proletária sobre o conjunto da sociedade, com a sanção do sufrágio universal.

A polêmica contra o bolchevismo continuou como uma constante de toda a atividade de Kautsky até sua morte em 1938. O stalinismo foi como uma prova de que o bolchevismo era impedido para uma tirania cada vez mais sem saída. Ao afirmar que o domínio do bolchevismo se constituía na prática em uma derrota do ideário socialista, Kautsky dizia temer que a déblâcle futura deste sistema levasse à déblâcle da própria idéia de socialismo.

Concretamente, a terceira via nunca se consolidou. No campo socialista, em razão da polarização que se estabeleceu entre o comunismo e a social-democracia. Esta última seguiu muito mais o caminho de uma administração leal e eficiente do capitalismo do que uma opção de socialismo democrático. Porém, nos últimos anos as formulações da terceira via renascem, numa nova contraposição ao liberalismo e às crises simultâneas do comunismo e da social-democracia (Estado de bem-estar social).

O acompanhamento das discussões no seio das correntes socialistas no período histórico que estamos examinando mostra claramente as bases doutrinárias e políticas que vão estar presentes ao longo deste século até o marco simbólico da queda do muro de Berlim. Concretamente, podemos afirmar que, do ponto de vista da luta de classes na Europa, o século XIX termina com o fim do ciclo das revoluções iniciadas na década de 40. Portanto, o século XX se inicia com as transformações na natureza das lutas sociais verificadas a partir dos anos 80/90. Esta transformação ocorre em duas direções: uma primeira expressa pelos partidos e sindicatos da Europa

Ocidental, que buscam atingir o socialismo através de mudanças parciais, pela via sindical e parlamentar. Uma segunda, que reacende o espírito da radicalização e da ação direta das massas, o que passa fundamentalmente pela consideração do Estado como um espaço inconciliável da luta de classes. Esta segunda direção, tomada pela revolução bolchevique na Rússia, contém a matriz de uma interpretação ortodoxa dos principais textos políticos de Marx.

Podemos considerar que, teoricamente, o período histórico supramencionado estruturou o pensamento crítico ao capitalismo com tal força, que não apenas orientou todos os desdobramentos da práxis socialista, até a crise atual, como não permitiu o desenvolvimento de nenhuma outra análise de caráter estrutural. Afóra a teoria maoista da revolução camponesa, e outras relativas às revoluções nacionais do terceiro mundo, o pensamento crítico baseado no materialismo dialético avançou em análises parciais do fenômenos sociais, mas não formulou uma concepção estrutural com condições de reorientar o desdobramento dos acontecimentos. Evidentemente que a rica contribuição de Gramsci foi a que mais se aproximou de uma reinvenção da interpretação marxista no contexto do capitalismo contemporâneo. Na verdade, porém, a contribuição de Gramsci no problema da hegemonia já se encontrava presente nas idéias revisionistas de Bernstein sobre a relação entre Estado e sociedade. Gramsci não conseguiu, no entanto, assumir essas raízes de seu pensamento, e se apega a determinações leninistas, que, em nosso entender, dificultam a apropriação de sua idéias por uma terceira via que se situaria entre o determinismo ortodoxo e o reformismo retórico dos partidos socialistas. O eurocomunismo foi a versão contemporânea mais aproximada desta perspectiva teórica, baseada em Gramsci, mas chegou fora de tempo e sem mais fôlego de se tornar uma alternativa de massa para os combatidos partidos comunistas.

Bibliografia

- BERNSTEIN, Eduard. **Les Présupposés du Socialisme**, Paris: Seuil, 1974.
- BERNSTEIN, E. Os Pressupostos do Socialismo - in Festscher Irving, - Bernstein, o **Desafio à Ortodoxia - História do Marxismo, 2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 1990.

- DRAPER, Hal. **Karl Marx Theory of Revolution. Vol. 1, State and Bureaucracy.** New York: Monthly Review Press.
- FETSCHER, Irving. Bernstein e o Desafio à Ortodoxia - in Hobsbawn, E. - **História do Marxismo, 2 - O Marxismo na Época da Segunda Internacional.**
- HOBSBAWN, Eric. A Cultura Européia entre o Séc. XIX e o Séc. XX - in **História do Marxismo, 2 - O Marxismo na Época da Segunda Internacional.**
- KAUTSKY, K. **Terrorismo e Comunismo.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- KAUSTSKY, K. **La Revolucion Social/El Camino del Poder.** Ediciones de Pasado y Presente. México: 1978.
- KONDER, Leandro. **O Futuro da Filosofia da Práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LÊNIN, W. **O Estado e a Revolução.** Rio de Janeiro: Progresso, 1947
- ___ **A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- ___ **Les Tâches Immédiates du Pouvoir des Soviets - Oeuvres Choiesies,** vol. 2. Moscou: Editions du Progrés, 1968.
- LYRA, Rubens. Leninismo e Social-Democracia - in **Textos de Teoria Política,** João Pessoa: UFPB, 1989.
- MARX, K. **A Questão Judaica.** Trad. de Waldimir Gomide. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- ___ **Crítica de la Filosofia del Derecho de Hegel.** Buenos Aires: Ediciones Nuevas, 1968.
- ___ **Contribuição à Crítica da Economia Política - in Teoria e Processo Histórico da Revolução Social - Marx - Engels - (Org. Florestan Fernandes).** São Paulo: Ática, 1983.
- MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista - in **Marx-Engels-História - (Org. Florestan Fernandes).** São Paulo: Ática, 1983.
- QUINIOU, Yvon. Morte de Lênin. Vida de Marx - in **Socialismo Impasses e Perspectivas - (Org. Rubens Pinto Lyra).** Editora Página Aberta. São Paulo.
- SALVATORI. Kautsky entre Ortodoxia e Revisionismo - in Hobsbaw, E. **História do Marxismo, 2.** Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1982
- TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente.** Lisboa: Presença, 1972
- WEFFORT, Francisco C. Marx: política e revolução - in **Os Clássicos da Política**, vol. 2. São Paulo: Ed. Ática, 1989.